

# O que foi a CPI

ODACIR KLEIN \*

**Q**uando iniciávamos os trabalhos da CPI do Orçamento, o senador Jarbas Passarinho, seu presidente, afirmou que de seu resultado dependia, em grande parte, o futuro da democracia representativa.

Na verdade, tínhamos pela frente uma árdua e inusitada tarefa. Deveríamos investigar nossos colegas de corporação, visando a defender a imagem da instituição parlamentar.

O povo fora às ruas clamando pela retirada de Collor de Mello da presidência da República. Com o *impeachment*, o Congresso Nacional cresceria na opinião pública. Passara-se um ano sem grandes soluções para a economia nacional e, de repente, parlamentares são acusados por um criminoso de estarem envolvidos num esquema de corrupção vinculado à votação do Orçamento da União e à liberação de verbas orçamentárias. Diante de tal quadro, decidiu-se pela criação da CPI.

Meu partido, o PMDB, tinha como filiados o maior número de parlamentares citados por José Carlos Alves dos Santos como pertencentes ao que foi denominado "esquema da Comissão de Orçamento". Para demonstrar insuspeição, embora a presidência da CPI coubesse a um senador do PMDB, resolvemos convidar o senador Jarbas Passarinho, com toda sua vivência e isenção, para presidi-la. Destinamos também uma das vagas de suplente ao senador Eduardo Suplicy, cuja bancada do Senado não contava com número de integrantes que lhe garantisse presença na CPI.

Iniciamos, assim, os trabalhos. Ouvimos depoimentos que causaram estupefação e ensejaram diligências, visando à formação de prova.

Já quando depôs o economista José Carlos Alves dos Santos, foi revelado um fato desconhecido pela maioria dos parlamentares: que havia uma dotação orçamentária global, para subvenções sociais, cujos recursos eram liberados pelo Executivo por singela indicação de cúpula da Comissão de Orçamento. Isto significa que, além da influência decisiva para aprovar verbas de interesse de determinadas empreiteiras, os integrantes do que se denominou "núcleo do poder", na Comissão referida, conseguiam, em conluio com o Executivo, destinar vultosas importâncias para entidades e títulos de subvenção social.

Com tais revelações, iniciou-se o processo investi-

gatório, sem dúvida nenhuma penoso. Iríamos investigar pessoas que conviviam conosco, baseados apenas nas informações do senhor José Carlos.

Numa das primeiras reuniões reservadas, recordei o pronunciamento do senador Pedro Simon, lembrando que não deveríamos partidarizar a CPI, mas, tanto quanto possível, buscar a unidade e não fazer do processo investigatório palanque eleitoral. Tal visão, resultante do bom senso, foi a que predominou (as exceções foram raras ou episódicas) durante nossos trabalhos.

Para ordenar as diligências, o relator, deputado Roberto Magalhães, sugeriu a criação de quatro subcomissões: a de subvenções, coordenada pelo senador Garibaldi Alves Filho; a de patrimônio fiscal, coordenada pelo senador José Paulo Bisol; a de bancos, coordenada pelo deputado Benito Gama, e a de emendas, coordenada pelo deputado Sigmaringa Seixas.

Com as subcomissões constituidas, passamos a decidir pela transferência, para a CPI, de sigilo bancário e fiscal de pessoas físicas e jurídicas, bem como a examinar destinação de subvenções sociais.

Foi-se formando a prova. Encontraram-se cheques do João Alves para parlamentares. Também de uns para outros dos investigados. Havia pagamentos, por alguns, de importâncias vultosas sem esclarecimento da origem dos recursos. Comprovava-se, ainda, a liberação pelo Executivo de subvenções sociais solicitadas por parlamentares e que não foram legitimamente aplicadas.

Exatamente quando a CPI investigava com sucesso, foram apreendidos, na residência do Sr. Ailton Reis, documentos da Construtora Odebrecht, mencionando parlamentares, nas mais diversas situações — desde os que recebiam brindes de fim de ano aos que poderiam ser ajudados em campanhas eleitorais.

Decidiu-se, então, investigar aqueles que, ao lado de suas iniciais, tinham menção de percentuais. Ao meu juízo, esta fase de investigação envolveu pessoas em situação diferente da dos que foram mencionados por José Carlos Alves dos Santos.

Os investigados em função dos papéis da Odebrecht, em sua quase totalidade, foram vítimas da ação unilateral e irresponsável do Sr. Ailton Reis. Os mencionados por José Carlos, em sua quase totalidade, tiveram provada a vinculação com o "esquema da Comissão de Orçamento".

Mas à CPI, para bem investigar, incumbiu ouvir a todos: inocentes e culpados. Daí resultaram as provas...

Com pécados previsíveis e críticas normais dos que divergiram dos critérios estabelecidos, concluímos os trabalhos e votamos o relatório final.

A CPI não julgou, investigou. Não estabeleceu o contraditório, ou seja, o exercício de acusação tipicamente formulada, ensejadora da defesa fundamentada. O processo de instrução definitiva ficará com as instâncias da Câmara dos Deputados e do Senado, para exame da falta de decoro parlamentar, e com o Poder Judiciário, para apurar responsabilidades criminais ou confiscar bens.

Ficou claro para os brasileiros que há políticos e funcionários corruptos e empresários corruptores. Os primeiros são transitórios, pois que eventualmente detentores de mandatos ou cargos, mas os segundos são permanentes e, sem que sejam combatidos, não se acabará com a corrupção.

Todos sabem, no entanto, que agora a emissão de cheques pode ser fiscalizada e que as origens de depósitos bancários ou aumentos patrimoniais podem ser questionadas.

Inicia-se um tempo novo, com corrompidos, corruptores, sonegadores e outros do gênero tendo que colocar as barbas de molho.

No próprio processo eleitoral, o eleitor, em lugar de pedir ajuda imediata, vai repudiar os candidatos de campanhas caras.

Disse muito bem o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho: "Vivemos, neste momento, o fim de um início."

Sofremos investigando colegas. Temos a tranquilidade sem alegria. Cumprimos nosso dever com dor, mas cumprimos. Para chegarmos a uns, outros foram injustamente submetidos à execração pública durante o processo investigatório. Não havia como evitar que tal ocorresse. Era preciso investigar.

Todos os membros da CPI, ao seu modo, concorreram para o sucesso das investigações, mas, sem a presença de dois grandes brasileiros, Jarbas Passarinho e Roberto Magalhães — com a ajuda final e importante de Roberto Rollemburg — não chegariam, em termos de condução dos trabalhos e formação das provas, onde chegamos.

\* Deputado federal pelo PMDB-RS, foi vice-presidente da CPI do Orçamento.